



Hoje é o dia daquele pessoal que faz o máximo por

Chega à Constituinte a 1ª emenda popular

Um volume de papéis que, se empilhados, passa dos dois metros de altura, colocado a um canto da recepção da Secretaria Geral da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, ao lado de caixas de papelão e inúmeros outros montes de folhas de papel já utilizados, aguarda a sua vez de ser aproveitado pelos constituintes. Ele representa a primeira proposta de emenda que chegou até ao Congresso Nacional, com sugestão de iniciativa popular sobre a criança e o adolescente. Com o título de "Constituinte, Lute por Mim", o documento de propostas surgido de amplo processo de mobilização e debates em todo o País desde julho de 1986 reúne cerca de 1,2 milhão de assinaturas coletadas pelas Comissões Estaduais Criança e Constituinte, entidades ligadas à Comissão Nacional de representação interministerial.

A proposta de emenda é uma das últimas formas de participação popular assegurada pelo Regimento Interno da Constituinte, no processo de elaboração da nova Carta. Este instrumento de iniciativa popular, que precisa ser subscrito por mínimo 30 mil eleitores brasileiros, em listas organizadas pelo menos por três entidades associativas, legalmente constituídas e que fiquem responsáveis pela idoneidade das assinaturas, passa a ter valor na fase em que o Projeto de Constituição entra em votação, tendo a mesma tramitação das demais emendas, desde que não receba parecer contrá-

rio unânime da Comissão de Sistematização. De 17 de julho a 25 de agosto, a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte estará aberta ao recebimento das propostas de emendas de iniciativa popular. Além do documento que já se encontra na Secretaria Geral desde abril, também um grupo de artis-

EUGENIO NOVAES



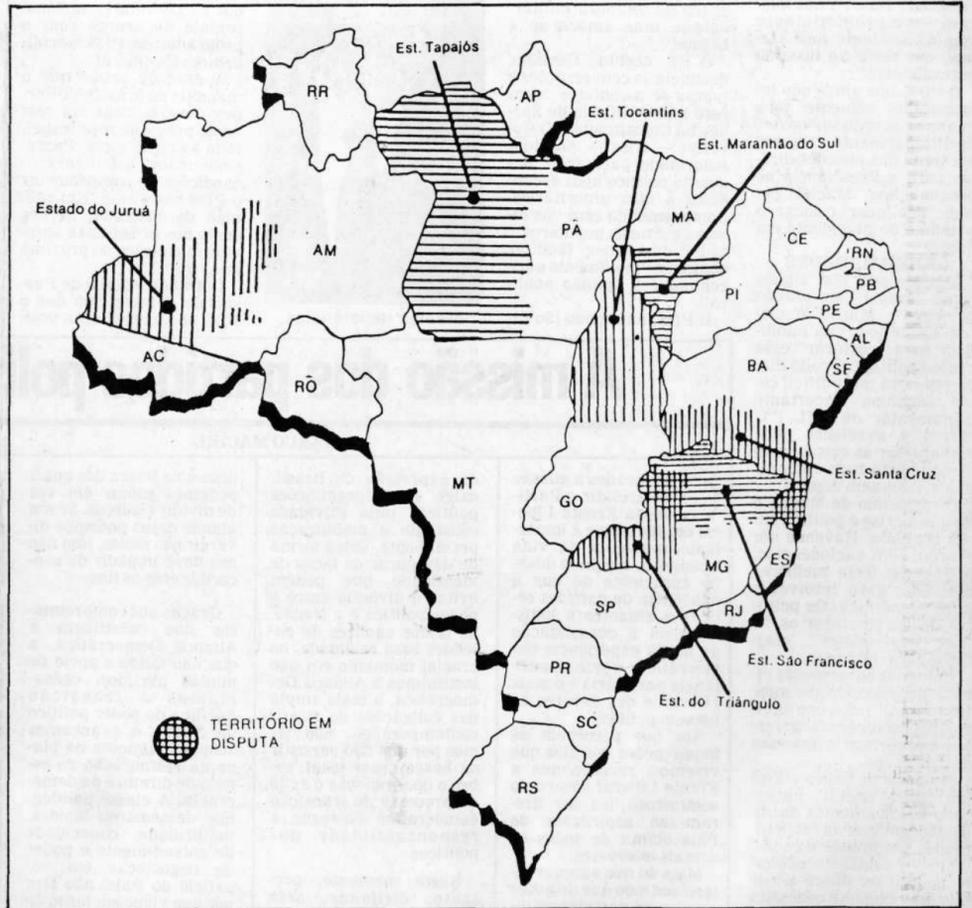
Quase 1,2 milhão de pessoas assinaram a proposta

ta brasileiros entregou uma proposta diretamente ao presidente da Mesa, deputado Ulysses Guimarães, contra a Censura as diversas manifestações artísticas. Enquanto o prazo de recebimento das propostas não se esgota, várias entidades ainda lutam por conseguir preencher os requisitos básicos à elabo-

ração deste instrumento. Considerando que cada eleitor deverá subscrever no máximo três destas propostas e que o quadro de desinformação do cidadão brasileiro sobre a forma de participação popular na Constituinte, muitos políticos e entidades se mobilizam tanto pela coleta de assinaturas, quanto por um maior esclarecimento a cerca da proposta de emenda.

O constituinte Vitor Buaz (PT-ES) chegou a entregar ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, um requerimento de espaço no programa Diário da Constituinte para esclarecimento da população sobre a coleta de assinaturas. "A população está, em geral, desacreditada em relação à Constituinte", justifica o deputado, "por isso pode não querer, não se sentir motivada a participar e a proposta de emenda fica prejudicada. Temos que garantir esta participação, pois se isto não acontecer, podemos ter a nossa melhor Constituição nas mãos, mas se o povo não souber o que ela contém, não poderá cobrar do Governo a observância das leis", ressalta Buaz.

Seu requerimento tem por objetivo, ainda, que a população realmente legítima o título de eleitor como um documento e passe a usá-lo frequentemente. "Não deixe seu título em casa", diz o slogan criado por Vitor Buaz. Com isto, ele quer assegurar que um eleitor não deixe de assinar um abaixo assinado de proposta de emenda pela falta do documento.



TERRITÓRIO EM DISPUTA

Novos estados custarão à União Cz\$ 780 bi

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

A União terá que aplicar cerca de Cz\$ 780 bilhões para instalar os seis novos estados propostos no texto final do relator Siqueira Campos (PDC-GO), da Subcomissão dos Estados. Enquanto a matéria passa pela discussão e análise do plenário da Comissão de Organização do Estado e aguarda parecer do relator José Richa (PMDB-PR), sobre as emendas que vêm recebendo, Tocantins, Santa Cruz, Triângulo, Maranhão do Sul, Juruá e Tapajós mostram os primeiros atritos gerados pela ideia de sua criação.

Os dispêndios financeiros que gerarão as instalações dos seis novos estados representam o primeiro forte argumento de que se levanta contra a redivisão territorial do País. Diante de um quadro de real endividamento da maioria dos estados já existentes, esta justificativa se fortalece.

O anteprojeto de Siqueira Campos deixa claro no parágrafo 2º do artigo 25: "O Poder Executivo adotará todas as providências necessárias para a instalação dos estados..."; e no parágrafo 3º: "...ficando os dispêndios financeiros a cargo da União...". O deputado admite, no entanto, que os estados a serem desmembrados têm riquezas suficientes para assumir os custos de uma segunda máquina administrativa. "Este não é o problema", assegura.

O problema, que já foi identificado por outros constituintes, está situado em um nível político. "Há interesses diversos atrelados às áreas a serem subtraídas dos estados", lembram alguns parlamentares envolvidos com a questão. Mas há, por outro lado, quem defenda a redivisão já, como uma forma de mostrar "que esta Constituição é feita para o futuro", e evitar que, dentro de alguns anos, seja novamente levantada a questão da criação de novos estados, que remonta aos tempos do Império.

TRIANGULO

A viabilidade da criação

dos novos estados é assegurada por Siqueira Campos, "senão não os teria propostos", lembra ele. O deputado Chico Humberto (PDT-MG) reforça este argumento em relação ao Triângulo. Ele não faz parte da Comissão da Organização do Estado (embora esteja providenciando sua inclusão neste plenário), mas é autor da proposta de criação do Estado do Triângulo e um dos maiores defensores desta ideia naquela região. "Somos emancipacionistas, não divisionistas", ressalta. As razões para esta emancipação ele busca na "ansiedade secular de liberdade do povo da região", lembrando que desde os tempos dos índios Tapuios e Araxás e dos quilombos lá formados, pelos negros que fugiam de propriedades das redondezas, a resistência, a auto-suficiência (geradas por uma vocação peculiar "ao trabalho e à produção"), têm levado aquela comunidade a uma verdadeira independência do resto do estado.

"Quem acha que Minas Gerais é indivisível é porque não conhece sua realidade", adverte ainda Chico Humberto. Ele enfrenta, no momento, as posições contrárias, à criação, do governador do Estado, Newton Cardoso, e dos prefeitos de Uberlândia e Uberaba, duas das 75 cidades que formarão Triângulo. Por estas e outras reações, ele está disposto a levar a discussão para o lado político, e não econômico, dispensando desde já qualquer subvencção da União para a instalação do novo estado. "Basta que deixem lá o que é nosso, ou os 20 por cento do ICM arrecadado na região pelo governo estadual, dos quais só recebemos 3 por cento", lembra.

Chico Humberto esteve neste sábado na cidade de Patrocínio, para a primeira reunião realizada já com vistas para o Triângulo. "Vamos congregamos as forças favoráveis ao movimento de criação deste estado e trazer para a Assembleia Nacional Constituinte mais de 500 mil assinaturas que reforcem a ideia", ressalta.

Na Comissão da Organização do Estado, Chico

Humberto apresentou a "Sinopse do Diagnóstico Sócio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba", resultado de um estudo de dois anos feito pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Com dados pormenorizados sobre a região, o documento aponta toda a potencialidade dos 75 municípios e mais de 200 distritos municipais que abrigam quase dois milhões e meio de habitantes. A auto-suficiência do Triângulo vem, segundo o deputado, da indústria leve de alimentos, roupas e calçados; da agropecuária e seus derivados, da maior produção de algodão do estado, das plantações de milho, feijão, arroz; da usina de álcool de Iturama do Shopping Center de Uberlândia, das duas universidades federais (Uberlândia e Uberaba); da extração de minério e da rede hospitalar privada (que representa o maior número de leitos por habitantes do estado).

INTEGRIDADE

O Triângulo não é o único novo estado cuja ideia encontra reações contrárias. Santa Cruz (que pode ser criado com o desmembramento de uma área da Bahia que abrange mais de 100 municípios) juntamente com a proposta de reincorporação ao estado de Pernambuco do território correspondente à antiga comarca do Rio de São Francisco, vai fracionar o Estado de tal forma que se torna impossível admitir esta hipótese. Esta é a opinião do deputado Waldeck Ornelas (PFL-BA), que entra em conflito com o deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), autor da sugestão de criação de Santa Cruz. O primeiro chegou a apresentar à Comissão da Organização do Estado duas emendas com o objetivo de "preservar a integridade física" da Bahia; o segundo afirma que não quer "dividir a Bahia, mas fazer crescer uma região esquecida ao longo dos anos pelos governos do Estado".

Waldeck Ornelas pede, em suas emendas, para que sejam suprimidos do anteprojeto de Siqueira

Campos o artigo 32 (que trata da reincorporação a Pernambuco da área da antiga comarca do Rio de São Francisco) e o inciso II do artigo 25, relativo à criação de Santa Cruz. Não esquece ainda de defender a integridade do Pará, ao pedir a supressão do inciso VI, do artigo 25, que propõe a criação do Tapajós.

Ele acha que, quando da avaliação das duas propostas relativas ao desmembramento do estado, deveria, pelo menos, ter havido a queda de uma, pois a aprovação das duas "sacri-fica tremendamente a Bahia", lembra o deputado. Ao mesmo tempo, Waldeck Ornelas ressalta que só o fato de ter havido uma redução da área destinada a Santa Cruz, na votação do substitutivo do relator Siqueira Campos, indica que "a proposta não tem substância e que a área em questão não apresenta suporte econômico e físico para se constituir um estado". Se aprovada esta medida, adverte o constituinte, a Bahia vai sofrer "justamente agora que começa a florescer, procurando até duplicar seu pólo petrol-químico de Camaçari".

Além de Waldeck Ornelas, também os senadores Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Luiz Viana (PMDB-BA) são favoráveis à supressão do inciso II do artigo 25 e do artigo 32 e seus parágrafos, alegando que tais medidas causariam consequências imprevisíveis. As emendas dos dois constituintes chegaram esta semana à Comissão da Organização do Estado.

Enquanto estes constituintes querem suprimir artigos e incisos que criam novos estados, há quem apresente emendas criando outras unidades na federação. Ficariam criados, por sugestão do deputado Humberto Souto (PFL-MG), o estado de São Francisco, e por proposta do deputado Furtado Leite (PFL-CE), o estado do Cariri. O primeiro desmembra partes dos estados de Minas Gerais e da Bahia; o outro divide o próprio Ceará, em Norte e Sul, alegando ser esta uma "aspiração popular".